ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE TRÊS MARIAS – IPREM

Aos vinte e um dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte um, às nove horas e trinta minutos, reuniu-se na sede do IPREM os membros de seu conselho administrativo: Paula Juliana dos Santos, Silvio Aparecido Sobrinho, Júlio César Martins Rocha, Mirian Xavier Rodrigues e Superintendente do IPREM Joana Darc Silveira Macedo. A conselheira Mariluce Alexandre de Oliveira Balsamão comunicou que não poderia comparecer. O presidente inicia a reunião lendo a pauta. Coloca que a pauta é muito longa para ser discutida em um dia por causa dos manuais. A superintendente coloca que os manuais foram testados e agora precisam de ser analisados e aprovados pelo Conselho Administrativo, em seguida serão instituídos através de portaria. Coloca que os manuais como TI, que são realizados pelo técnico da prefeitura ficaram bem simples devido ser o TI da prefeitura a realizar o processo. Que precisa estar aprovado até março por causa da pré auditoria do pró gestão. Que após aprovação do conselho administrativo precisa fazer a portaria para que possam ser implantados. Que ainda existe uma dúvida quanto a manualização das aposentadorias por invalidez devido a ser um trabalho conjunto com a administração já que, os auxílios agora são pagos pelo ente e ainda não ficou claro o prazo de perícia para concessão. Em seguida os conselheiros recebem os manuais para análise sendo eles: Manual das aposentadorias Voluntárias, manual das aposentadorias por invalidez, manual das aposentadorias compulsórias, manual das pensões por morte, manual da revisão das aposentadorias, manual do Processo de Elaboração e aprovação da Política de Investimentos, manual do Processo de Emissão das APR(autorização de aplicação e resgate) ,manual do Credenciamento das Instituições Financeiras, manual de Controle de Acesso, manual de realização de Backup, manual de Plano de Contingência TI e manual de Folha de Pagamento. O presidente propõe que os manuais sejam levados para casa pelos conselheiros para que analisem e que se marque uma reunião para tirarmos as dúvidas e assim deliberarmos a respeito. A conselheira Mirian propõe reunião extraordinária para exclusiva análise dos manuais. Fica acordado que haverá uma reunião extraordinária no dia 10 de fevereiro as 14 horas. A superintendente propõe que o conselho analise o regimento do conselho administrativo e o plano anual de auditoria (PAAIN) ainda nesta reunião. Os conselheiros analisam o plano de auditoria interno apresentado pelo controlador interno para o ano de 2021 e aprovado pela superintendente. Todos concordam aprovando sendo deliberado para execução. Também aprovam o regimento do conselho administrativo. Discutimos a formação do comitê de investimento que não tem suplente e que precisa de habilitação. Joana propõe que sejam 3 membros o comitê e que tenham suplentes, assim seria mais fácil habilitar os membros. Em seguida o presidente propõe o calendário anual de reuniões, sendo que todas devem acontecer após a reunião do conselho

fiscal que analisa a prestação de contas. Fica definido que as reuniões ordinárias acontecerão na primeira quinta feira após o dia 20, pois desta forma já poderemos analisar o Boletim de Prestação de Contas, salvo no mês de dezembro que acontecerá na terça-feira. Sendo assim as reuniões ficam agendadas para 25/02, 25/03, 22/4, 20/5, 24/6, 22/7, 26/08, 23/09, 21/10, 25/11 e 21/12 às quatorze horas. O presidente coloca o próximo item da pauta em discussão sendo este a apreciação das atividades do instituto para o ano de 2021. A superintendente coloca que as atividades mais importantes são audiência pública que por causa da pandemia ainda está em suspenso a data e a reforma da previdência. Coloca que apesar de o estado já ter implantado, a PEC paralela não foi aprovada ainda e que sendo assim não tem data determinada para ser implantada nos municípios. Que não sabe ainda qual o pensamento do gestor municipal em relação ao assunto. Que pensa ser melhor aguardar o concurso. Que também precisamos discutir a previdência complementar que se tornou obrigatória na reforma da previdência e que tem prazo para implantação. Que o assessor propôs procurar os bancos para terceirizar esta modalidade. A superintendente coloca que pensa em chamar os bancos e ouvir as propostas para uma análise do mais viável. Pergunto se a contribuição complementar para esta nova modalidade vai aderir também as contribuições dos servidores que contribuem o excedente do teto ou somente dos novos concursos. Joana coloca que seu entendimento é que são só para novos concursados. Coloco que não irão haver novos concursados com o salário superior ao teto do INSS. O conselheiro Júlio coloca que o que tornava os salários municipais atrativos eram os apostilamentos e que estes não existem mais. O presidente em seguida coloca em pauta a cobrança de débitos da prefeitura. A superintendente coloca que não houve pedido de parcelamento da parte patronal devida e que houve um abatimento no valor de R$412.291,00 (quatrocentos e doze mil, duzentos e noventa e um reais) no mês de dezembro de 2020. Em seguida apresenta o ofício de cobrança que é assinado pelo presidente e pela superintendente. Sem mais nada a ser tratado encerro a ata que, após lida será assinada por mim e todos os presentes. Três Marias, vinte e um de janeiro de dois mil e vinte e um.

Paula Juliana dos Santos _____
Silvio Aparecido Sobrinho _____
Júlio César Martins Rocha _____
Joana Darc Silveira Macedo _____
Mirian Xavier Rodrigues _____
Mariluce Alexandre de Oliveira Balsamão _____